



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO n.º 02/2024/FMAS  
REGISTRO DE PREÇO**

O Município de Estância do Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ n.º 13.097.050/0001-80, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ n.º 14.734.139/0001-73, torna público que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO – POR ITEM**, nos termos da **Lei n.º 14.133/2021** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

- **ÓRGÃO GESTOR: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS;**
- **ÓRGÃOS PARTICÍPES:**  
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico;  
Secretaria Municipal da Cultura e Turismo;  
Fundo Municipal de Saúde – FMS;  
Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT;
- **DATA DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 27/06/2024 às 09h00min (nove horas)**
- **LOCAL DA SESSÃO: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**
- **MODO DE DISPUTA: ABERTO**
- **TEMPO DA DISPUTA:** a etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é **REGISTRAR PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS** para atender as necessidades do Órgão Gestor e demais Órgãos Partícipes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em ITENS, conforme tabelas constantes do Termo de Referência – Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que atuem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências, inclusive quanto a documentação, fixadas neste Edital e seus anexos e que estiverem devidamente credenciados no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no



item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Para os **Itens 01 a 111**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#);

**2.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**2.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**h)** agente público do órgão ou entidade licitante;

**i)** pessoas jurídicas reunidas em consórcio, visto que a finalidade do consórcio público é a união de pessoa jurídica com vistas a satisfação do interesse coletivo, o que não se aplica nos autos por se tratar de serviço comum e de livre



concorrência de mercado, com o objetivo de lucro pelo particular;

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**2.8.** O impedimento de que trata o item “2.7 – d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens “2.7 – b” e “2.7 – c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.11.** O disposto nos itens “2.7 – b” e “2.7 – c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**2.13.** A vedação de que trata o item “2.7 – h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**3.1.** O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão na plataforma LICITANET por meio de chave de acesso e senha.

**3.1.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

#### **3.2. DA PROPOSTA:**

**3.2.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, observando as disposições constantes no **Item 4** deste Edital;

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos operacionais, encargos previdenciários, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços, bem como para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- b) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico/SRP, foi **elaborada de maneira independente**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- d) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- h) cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);
- 3.4.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Legislações vigentes;
- 3.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema;
- 3.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 3.7.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.8.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.8.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



**3.8.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.9.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.9.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

**3.10.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.11.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.12.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **3.7. DA HABILITAÇÃO:**

**3.7.1.** Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo licitante vencedor, nos termos do art. 63, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, observando as disposições constantes no **Item 7** deste Edital.

**3.8.** O licitante vencedor deverá enviar no sistema os documentos de habilitação no prazo máximo de 2 (duas) horas, após a solicitação do pregoeiro, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**3.9.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**3.10.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e o envio dos documentos respectivamente.

## **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor... (unitário) do item;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.9.1.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

**4.10.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





**5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**5.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;





c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de Sergipe;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**5.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.21.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.21.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.21.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.21.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.21.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.22.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

**6.2.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



**6.3.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5.1** e **3.3 - “h”** deste edital.

**6.4.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**6.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.6.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

**6.6.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.8.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**6.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO



**7.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## **7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**7.2.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**7.2.2. Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**7.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.2.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**7.2.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**7.2.7.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **7.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**7.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**7.3.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**7.3.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**7.3.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



**7.3.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**7.3.6.** Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual ou Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**7.3.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual ou Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**7.3.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**7.4.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

**7.4.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

**7.4.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contabilista Registrado no Conselho Regional de Contabilidade; **ou documentação contábil pertinente autenticada por meio do SPED**, dispensando assim qualquer outra forma de autenticação, sendo necessária para validação das informações a entrega do arquivo impresso do mesmo com o comprovante de envio, devendo ainda conter o balanço com os índices exigidos na alínea ‘e’, ou as informações necessárias e suficientes para o seu cálculo, em conformidade a Instrução Normativa da RFB nº 1.420/2013, e a Recomendação CGM nº 001/2018.

**7.4.4.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

**7.4.5.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do [valor



total estimado da contratação.

**7.4.6.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**7.4.7.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

**7.4.8.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**7.5.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**7.5.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**7.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou sob a forma de autenticação eletrônica digital, a fim de que seja comprovada a veracidade desses com maior celeridade;

**7.7.** Será verificado se o licitante declarou que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**7.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.10.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**7.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



**7.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de envio conforme solicitação do Pregoeiro.

**7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, **sob pena de preclusão**;

**8.3.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sala do Setor de Licitações e Contratos, localizada na Praça Barão do Rio Branco, n.º 76, Centro, Estância/SE.



## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.4.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**9.1.6.** Fraudar a licitação;

**9.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**9.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**9.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1.** Advertência;





**9.2.2.** Multa;

**9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto

**9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05(cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).



**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **9.1.4**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**9.10.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo sistema Licitanet, através do site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1.** As regras referentes ao Registro de Preços, aos Órgãos Gerenciador e Participantes são as que constam da Minuta da Ata de Registro de Preços.



## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**12.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.estancia.se.gov.br](http://www.estancia.se.gov.br).

**12.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência
- b) ANEXO II – Modelo da Proposta de Preços
- c) ANEXO III – Modelo da Planilha de Custos
- d) ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços
- e) ANEXO V – Modelo da Ordem de Fornecimento

ESTÂNCIA/SE, 14 DE JUNHO DE 2024.

**ISIS GABRIELE NASCIMENTO COSTA**  
PREGOEIRA  
PORTARIA N.º 014/2024



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º 02/2024/FMAS

FONTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto **Registrar Preço para Aquisição de Gêneros Alimentícios**, atendendo à solicitação do Fundo Municipal da Assistência Social e os demais órgãos e Autarquias, conforme especificações constantes neste Termo.

1.1.1. Lotes destinados exclusivamente para participação de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, Artigo 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO
01	FÓRMULA DE 06 À 12 MESES COM 800G, COM PROTEÍNAS LÁCTEAS ADICIONADA DE PREBIOTICOS COM DHA E ARA. LATA CONTENDO 800G.	UND	180	R\$ 58,80
02	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDO TIPO FLOCÃO – FLOCOS GRANDES, AMARELOS, SEM SAL. PRODUTO LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. PACOTE DE 500G.	UND	3.520	R\$ 2,74
03	LEITE DE COCO NATURAL, CONCENTRADO, PASTEURIZADO, HOMOGENEIZADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA DE PLÁSTICO COM RESPECTIVA DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE/LOTE E INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ANVISA.	UND	705	R\$ 7,91
04	MACARRÃO PARAFUSO COM OVOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 500 G.	UND	920	R\$ 5,16
05	LINGUIÇA TOSCANA PREPARADA COM CARNE NÃO MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, SEM UMIDADE, NÃO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERAÇÃO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO.	KG	574	R\$ 14,49
06	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO – ESPECIFICAÇÃO: DE BOA QUALIDADE. EMBALAGEM DE 1 KG. FARINHA DE TRIGO, FERRO E ÁCIDO FÓLICO (VITAMINA B9), SAL E FERMENTO QUÍMICO	UND	201	R\$ 6,71



	(PIROFOSFATO, ÁCIDO DE SÓDIO DE BICARBONATO DE SÓDIO E FOSFATO MONOCÁLCICO). CONTÉM GLÚTEN.			
07	EXTRATO DE TOMATE PREPARADO COM TOMATE, AÇÚCAR E SAL, TEOR MÁXIMO DE SÓDIO DE 5% POR PORÇÃO. DEVERÁ SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ESCOLHIDOS E SÃOS. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ISENTO DE FERMENTAÇÃO E NÃO INDICAR PROCESSAMENTO DEFEITUOSO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ANVISA. SACHÊ CONTENDO 300G.	UND	1.060	R\$ 3,59
08	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO ESPECIFICAÇÃO: EMBALAGEM DE 1 KG. FARINHA DE TRIGO, FERRO E ÁCIDO FÓLICO (VITAMINA B9), SEM FERMENTO, DE BOA QUALIDADE, CONTÉM GLÚTEN.	UND	105	R\$ 7,37
09	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ PRODUTO FORMADO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS QUE POR INFLUÊNCIA DO CALOR E/OU UMIDADE PRODUZ DESPRENDIMENTO GASOSO CAPAZ DE EXPANDIR MASSAS ELABORADAS COM FARINHAS, AMIDOS OU FÉCULAS, AUMENTANDO-LHES O VOLUME E A POROSIDADE. CONTENDO NO INGREDIENTE BICARBONATO DE SÓDIO, CARBONATO DE CÁLCIO E FOSFATO MONOCÁLCICO – EMBALAGEM LATA DE 100 G.	UND	46	R\$ 4,59
10	FEIJÃO TIPO 1, PRETO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 01KG, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UND	17	R\$ 9,40
11	PEIXE EM CONSERVA AO MOLHO DE TOMATE CARACTERÍSTICAS GERAIS: PEIXE EM CONSERVA TIPO SARDINHA/CAVALINHA, EVISCERADA, DESCAMADA MECANICAMENTE, LIVRE DE NADADEIRAS, CAUDA E CABEÇA, PRÉ-COZIDA, COM COBERTURA EM MOLHO DE TOMATE. PODENDO SER UTILIZADOS CONSERVANTES E ACIDULANTES PERMITIDOS POR LEI. DEVE SER ELABORADO COM MATÉRIA - PRIMA EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E HIGIENE, SUBMETIDO A PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO E ESTERILIZADOS COMERCIALMENTE, SENDO INSPECIONADO PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE ORIGEM ANIMAL - SIPA. COMPOSIÇÃO DO	UND	800	R\$ 5,20



	LÍQUIDO DE COBERTURA: MOLHO DE TOMATE, ÓLEO DE SOJA, SAL, ÁGUA E TEMPEROS NÃO APIMENTADOS. EMBALAGENS: LATAS DE FOLHA CROMADA, PROVIDA DE UMA CAMADA DE VERNIZ EPÓXI-FENÓLICO NAS PARTES INTERNA E EXTERNA DO CORPO E TAMPO DA LATA, CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 125 G. VALIDADE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.			
12	QUEIJO RALADO PARMESÃO – PACOTE COM 100 G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	PCT	90	R\$ 10,13
13	VINAGRE DE ÁLCOOL DE 1ª QUALIDADE - CARACTERÍSTICAS GERAIS: ÁCIDO ACÉTICO OBTIDO MEDIANTE A FERMENTAÇÃO ACÉTICA DE SOLUÇÕES AQUOSAS DE ÁLCOOL PROCEDENTE PRINCIPALMENTE DE MATÉRIAS AGRÍCOLAS. PADRONIZADO, REFILTRADO, PASTEURIZADO E ENVASADO PARA A DISTRIBUIÇÃO NO COMÉRCIO EM GERAL. COM ACIDEZ DE 4,15%. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: COR: APROPRIADA AO PRODUTO, DE ACORDO COM A COMPOSIÇÃO E A TECNOLOGIA DE ELABORAÇÃO. SABOR E ODOR: PRÓPRIOS DOS INGREDIENTES, DEVENDO O PRODUTO ESTAR ISENTO DE SABORES E ODORES ESTRANHOS. TEXTURA: APROPRIADA PARA CADA TIPO DE PRODUTO. UNIFORMIDADE: EXISTÊNCIA DE RAZOÁVEL UNIFORMIDADE DE TAMANHO E FORMATO, CARACTERÍSTICA PARA CADA TIPO DE PRODUTO. CARACTERÍSTICAS MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: EMBALAGEM PLÁSTICA/GARRAFA PET, SEM CORANTES, SEM ESSÊNCIAS, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES. DE ACORDO COM A RDC N°276/2005. EMBALAGEM 500 ML. SECUNDÁRIA: FARDO LACRADO E ROTULADO. ROTULAGEM: O PRODUTO DEVE SER ROTULADO DE ACORDO COM A ORIGEM E A CLASSIFICAÇÃO E DO PRAZO DE VALIDADE. SEGUIR A RESOLUÇÃO - RDC N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002, DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS).	UND	400	R\$ 2,39
14	SAL REFINADO IODADO - CARACTERÍSTICAS GERAIS: O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR-SE SOB A FORMA DE CRISTAIS BRANCOS COM GRANULAÇÃO UNIFORME, PRÓPRIA, DEVENDO TER SABOR SALINO - SALGADO PRÓPRIO, SER CONSTITUÍDO DE CLORETO DE SÓDIO E ADICIONADO IODATO DE POTÁSSIO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. CARACTERÍSTICAS MICROSCÓPICAS: SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS: AUSÊNCIA. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE,	UND	200	R\$ 1,99



	HERMETICAMENTE FECHADO POR TERMOS SOLDAGEM NA VERTICAL E HORIZONTAL COM PESO LÍQUIDO DE 01 KG. SECUNDÁRIA: FARDO DE POLIETILENO TRANSPARENTE REFORÇADO COM PESO LÍQUIDO DE 20 A 30 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. ROTULAGEM: SEGUIR A RESOLUÇÃO N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002, DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS). FONTE BIBLIOGRÁFICA: PORTARIA N° 1.806, DE 24 DE OUTUBRO DE 1994, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.			
15	MISTURA PARA PREPARO DE BOLOS, SABORES VARIADOS, EMBALAGEM DE 450G. FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AMIDO, GORDURA VEGETAL, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS, EMULSIFICANTES, E AROMATIZANTE. CONTÉM GLÚTEN, DERIVADOS DE TRIGO E SOJA, PODE CONTER CENTEIO, CEVADA, AVEIA E LEITE. EMBALAGEM DE 450G.	UND	384	R\$ 5,14
16	MARGARINA VEGETAL COM SAL – CARACTERÍSTICAS GERAIS: OS PRINCIPAIS INGREDIENTES SÃO: ÓLEOS VEGETAIS LÍQUIDOS E HIDROGENADOS, ÁGUA, SAL, LEITE EM PÓ DESNATADO RECONSTITUÍDO, SORO DE LEITE EM PÓ RECONSTITUÍDO, 15.000 U. I DE VITAMINA A / KG, ESTABILIZANTES, LECITINA DE SOJA, CONSERVANTES, AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DA MANTEIGA, ANTIOXIDANTES, ACIDULANTES, CORANTES NATURAIS: URUCUM E CÚRCUMA E CORANTE BETA CAROTENO SINTÉTICO IDÊNTICO AO NATURAL. NÃO CONTÉM GLÚTEN. DEVERÁ CONTER QUANTIDADE DE LIPÍDIO EM TORNO DE 60 A 65% E APRESENTAR CONSISTÊNCIA CREMOSA. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: ASPECTO – EMULSÃO PLÁSTICA OU FLUÍDA, HOMOGÊNEA, UNIFORME; COR – AMARELA, HOMOGÊNEA NORMAL; SABOR – CARACTERÍSTICO; ODOR – CARACTERÍSTICO; CARACTERÍSTICAS MICROSCÓPICAS: SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS: AUSÊNCIA. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: O PRODUTO ENCONTRA-SE DISPOSTO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS COM PESO LÍQUIDO DE APROXIMADAMENTE 500 G. SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO ONDULADA REFORÇADA, DE MODO A GARANTIR RESISTÊNCIA A DANOS DURANTE O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, FECHADA C/ FITA ADESIVA PLASTIFICADA, COM PESO LÍQUIDO DE APROXIMADAMENTE 6 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES, A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. ROTULAGEM: SEGUIR A RESOLUÇÃO N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002, DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS). APRESENTANDO NO RÓTULO O REGISTRO DO SIF OU SIE. FONTE BIBLIOGRÁFICA: REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE MARGARINA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.	UND	1.082	R\$ 6,35
17	MOLHO DE TOMATE REFOGADO. (SACHÊ 340 G) COM POLPA DE TOMATE, CONDIMENTOS, TOMATE EM CUBOS, CEBOLA, ÓLEO DE SOJA, AMIDO E AÇÚCAR. ACONDICIONADAS EM SACHÊ 340 G RESISTENTES.	UND	1.260	R\$ 3,13
18	NÉCTAR DE FRUTA PRONTO NÉCTAR DE FRUTA PRONTO PARA BEBER: SABORES VARIADOS - DESCRIÇÃO DO PRODUTO: É A BEBIDA NÃO FERMENTADA, NÃO GASEIFICADA, NÃO CONCENTRADA E NÃO DILUÍDA, DESTINADA AO CONSUMO, OBTIDA DA FRUTA MADURA E SÃ, OU PARTE DO	UND	2.090	R\$ 7,50





<p>VEGETAL DE ORIGEM, POR PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO ADEQUADO, SUBMETIDA A TRATAMENTO QUE ASSEGURE A SUA APRESENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. SABORES: UVA, CAJU, GOIABA, MARACUJÁ. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: NÃO PODERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À FRUTA OU PARTE DO VEGETAL DE SUA ORIGEM; PODERÁ SER ADICIONADO AÇÚCAR NA QUANTIDADE MÁXIMA FIXADA PARA CADA TIPO DE SUCO, OBSERVADO O PERCENTUAL MÁXIMO DE 10% (DEZ POR CENTO) EM PESO, CALCULADO EM GRAMAS DE AÇÚCAR/100 G SUCO. NÃO SERÁ PERMITIDA A ASSOCIAÇÃO DE AÇÚCARES E EDULCORANTES HIPOCALÓRICOS E/OU NÃO-CALÓRICOS NA FABRICAÇÃO DO SUCO. DEVERÁ ATENDER AOS SEGUINTE REQUISITOS: NORMALIDADE DOS CARACTERES ORGANOLÉPTICOS PRÓPRIOS DA SUA NATUREZA, QUALIDADE E QUANTIDADE DOS COMPONENTES PRÓPRIOS DA SUA NATUREZA, AUSÊNCIA DE ELEMENTOS ESTRANHOS, DE INDÍCIOS DE ALTERAÇÕES E DE MICROORGANISMOS PATOGENICOS, AUSÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, OBSERVADO O DISPOSTO NO DECRETO Nº 3510, DE 16 DE JUNHO DE 2000, DA ANVISA, E LEGISLAÇÃO SOBRE ADITIVOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: SEGUIR A RESOLUÇÃO Nº 12, DE 02 DE JANEIRO DE 2001, DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ESTABELECE OS CRITÉRIOS E PADRÕES MICROBIOLÓGICOS PARA ALIMENTOS). CARACTERÍSTICAS MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ELEMENTO HISTOLÓGICO: CARACTERÍSTICO DE FRUTA PRAZO DE VALIDADE: PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO, CONSERVADO À TEMPERATURA AMBIENTE (25°C). O PRODUTO DEVE CHEGAR À ESCOLA COM, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO PRAZO DE VALIDADE, OU SEJA, O EQUIVALENTE A 6 (SEIS) MESES. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: TETRAPAK DE 1,0 (UM) LITRO. NA EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVERÃO CONSTAR AINDA AS SEGUINTE INFORMações, IMPRESSAS NA PRÓPRIA EMBALAGEM OU EM ETIQUETA IMPERMEÁVEL: • NOME COMPLETO DO ALIMENTO E TIPO; • MARCA; • DATA DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO (OU DE VALIDADE), ANOTADOS NO FORMATO PRÓPRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (DIA, MÊS E ANO); • NOME E ENDEREÇO COMPLETO DO FABRICANTE OU EMBALADOR; • PESO OU VOLUME LÍQUIDO, OU PESO DRENADO, COM RESPECTIVAS UNIDADES DE MEDIDAS; • SIGLA E Nº DE REGISTRO EM VIGÊNCIA NO ÓRGÃO COMPETENTE; SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE, DEVIDAMENTE</p>			
--	--	--	--



	LACRADA, DE FORMA QUE GARANTA SUA RESISTÊNCIA A DANOS DURANTE O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, CONTENDO APROXIMADAMENTE DE 10 A 15L. ROTULAGEM: SEGUIR A RESOLUÇÃO N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002, DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS). TRANSPORTE: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO DE TAL FORMA QUE NÃO PREJUDIQUE A SUA EMBALAGEM E QUE ATENDA ÀS RECOMENDAÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS EM VIGOR			
19	ERVILHA EM CONSERVA, EMBALAGEM COM 200 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	54	R\$ 5,83
20	AZEITE DE OLIVA DE 500 ML, PURO, ISENTO DE RANCO E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA ENTREGA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE VIDRO OU LATA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 270 DE 22/09/2005 E SUAS ALTERAÇÕES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA E AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.	UND	2	R\$ 27,20
21	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO DE 400G, A BASE DE CACAU EM PÓ DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM RESISTENTE DE 400G, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 06 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	UND	680	R\$ 7,95
22	BISCOITO AMANTEIGADO EMBALAGEM DE 400G, COM VALIDADE SUPERIOR A 3 MESES.	UND	418	R\$ 5,91
23	BISCOITO DOCE SABOR MORANGO, EMBALAGEM DE 140G, COM VALIDADE SUPERIOR A 6 MESES.	UND	235	R\$ 2,00
24	BISCOITO DOCE SABOR CHOCOLATE EMBALAGEM DE 140G, COM VALIDADE SUPERIOR A 6 MESES.	UND	235	R\$ 2,70
25	LEITE CONDENSADO EMBALAGEM TETRA PACK - 395 GR – LEITE CONDENSADO. INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR E LACTOSE, NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM TETRA PAK DE 395GR. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO. ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DIPOA, CONFORME PORTARIA 369 DE 04/09/1997 E DO REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.	UND	595	R\$ 7,35



26	CREME DE LEITE EMBALAGEM TETRA PAK 200 GR – EMBALAGEM TETRA PAK COM 200 GR. INFORMAÇÃO NUTRICIONAL:(POR PORÇÃO DE 15 G): VCAL. – 35 KCAL, CARB. – 0,6 G, PROT. – 0,5 G, GORDURAS TORAIS – 3 G, SÓDIO: 14 MG, CALCIO – 10 MG.*VD = VALORES DIÁRIOS COM BASE EM UMA DIETA DE 2000 KCAL.	UND	895	R\$ 4,08
27	MILHO VERDE EM CONSERVA. VALOR NUTRICIONAL (PORÇÃO DE 130G): VCAL. – 107KCAL, CARB. – 23G, PROT. – 2,7G, FIBRA ALIMENTAR -1,2G, GORDURA TOTAL - 0,7G.*VD = VALORES DIÁRIOS COM BASE EM UMA DIETA DE 2000 KCAL.REFERÊNCIA: FUGINI OU SIMILAR EMBALAGEM SACHÊ DE 200 GR .	UND	445	R\$ 4,50
28	CHÁ EMBALAGEM CONTENDO CAIXA COM 10 SAQUINHOS FECHADOS COM 10GR PORÇÃO DE 200 ML, COM PROPRIEDADES TERAPÊUTICAS, NÃO CONTÉM GLÚTEN, SABORES DE CIDREIRA, BOLDO, HORTELÃ, CAMOMILA, MAÇÃ .	UND	310	R\$ 4,75
29	COLORÍFICO DE 1ª QUALIDADE – CARACTERÍSTICAS GERAIS: ALIMENTO PREPARADO COM MATÉRIA PRIMA DE BOA QUALIDADE E NÃO DEVENDO APRESENTAR CHEIRO ACRE OU RANÇOSO. NÃO PODERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO NORMAL. DEVE SER CONSTITUÍDO PELA MISTURA DE FUBÁ OU FARINHA DE MANDIOCA, COM URUCUM EM PÓ OU EXTRATO OLEOSO DE URUCUM ADICIONADO OU NÃO DE SAL E ÓLEO VEGETAL. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: ASPECTO – PÓ FINO; COR-VERMELHO – ALARANJADA; CHEIRO – PRÓPRIO; SABOR – PRÓPRIO. CARACTERÍSTICAS MICROSCÓPICAS: SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS: AUSÊNCIA. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE, HERMETICAMENTE FECHADO NA HORIZONTAL E NA VERTICAL COM PESO LÍQUIDO DE 100G. SECUNDÁRIA: CAIXAS DE PAPELÃO ONDULADO COM PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE 01 A 10 KG OU FARDO DE POLIETILENO REFORÇADO E BEM FECHADO COM PESO LÍQUIDO E 01 A 10 KG. PRAZO DE VALIDADE: O PRODUTO DEVERÁ TER PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 06 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. ROTULAGEM: SEGUIR A RESOLUÇÃO - RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002, DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS). FONTE BIBLIOGRÁFICA: RESOLUÇÃO - CNNPA Nº 12, DE 1978, D.O. DE 24/07/1978 4/1999; RESOLUÇÃO MS/CNNPA Nº 12 DE 24/07/1978.	UND	570	R\$ 1,91



30	<p>CORTE DE FRANGO CONGELADO TIPO PEITO DE FRANGO – CARACTERÍSTICAS GERAIS: PARTE DA AVE (PEITO DE FRANGO) ABATIDA EM ESTABELECIMENTO SOB INSPEÇÃO OFICIAL, COM IDADE APROXIMADA DE OITO SEMANAS, APRESENTANDO PELE COMPLETA E AUSÊNCIA DE: PENAS, PENUGENS, PERFURAÇÕES, COÁGULOS, OSSOS QUEBRADOS, PARTES FALTOSAS, QUEIMADURAS POR CONGELAMENTO, BOLORES E LIMO NA SUPERFÍCIE. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, EVISCERAÇÃO COMPLETA, ESCALDAMENTO NORMAL E GORDURA NÃO RANÇOSA. O PRODUTO NÃO DEVERÁ CONTER PRESENÇA DE CRISTAIS DE GELO. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: ASPECTO – PRÓPRIO; COR – PRÓPRIA; ODOR – PRÓPRIO; SABOR – PRÓPRIO. CARACTERÍSTICAS MICROSCÓPICAS: SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS: AUSÊNCIA. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: EMBALADOS EM SACO DE POLIETILENO LEITOSO, COM PESO LÍQUIDO DE 01 KG. A EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR UNIFORME AO PRODUTO. SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO, COM PESO LÍQUIDO DE 10 A 30 KG. PRAZO DE VALIDADE O PRODUTO DEVERÁ TER PRAZO DE VALIDADE DE APROXIMADAMENTE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. ROTULAGEM: SEGUIR A RESOLUÇÃO - RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002, DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS). DEVENDO CONTER NOS RÓTULOS DA EMBALAGEM OBRIGATORIAMENTE O CARIMBO DO SIF OU SIE.</p>	KG	676	R\$ 18,48
31	<p>CONDIMENTO MISTO DE 1ª QUALIDADE – CARACTERÍSTICAS GERAIS: ALIMENTO PREPARADO COM MATÉRIA PRIMA DE BOA QUALIDADE E NÃO DEVERÁ APRESENTAR CHEIRO ACRE OU RANÇOSO. NÃO PODERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO NORMAL. DEVE SER CONSTITUÍDO PELA MISTURA DE FUBÁ DE MILHO, SAL, COMINHO, PIMENTA DO REINO E CORANTE DE CARAMELO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: ASPECTO – PÓ FINO; COR – VERDE PARDACENTO; CHEIRO – PRÓPRIO; SABOR – PRÓPRIO. CARACTERÍSTICAS MICROSCÓPICAS: SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS: AUSÊNCIA. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE, HERMETICAMENTE FECHADO NA HORIZONTAL E NA VERTICAL COM PESO LÍQUIDO DE 100 G. SECUNDÁRIA: CAIXAS DE PAPELÃO ONDULADO COM PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE 01 A 10 KG OU FARDO DE POLIETILENO REFORÇADO E BEM FECHADO COM PESO LÍQUIDO E 01 A 10 KG. PRAZO DE</p>	UND	317	R\$ 3,04



	VALIDADE: O PRODUTO DEVERÁ TER PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 06 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. ROTULAGEM: SEGUIR A RESOLUÇÃO Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002, DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS). FONTE BIBLIOGRÁFICA: RESOLUÇÃO – CNNPA Nº 12, DE 1978, D.O. DE 24/07/1978.			
32	BISCOITO TIPO CREAM CRAKER, CONTENDO 400G, DE TEXTURA CROCANTE, COM ODOR E COR CARACTERÍSTICOS , ACONDICIONADO EM EMBALAGENS RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE DE DUPLA FACE.	UND	2.170	R\$ 7,90
33	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR NATA, EMBALAGEM PLÁSTICA DE PAPEL IMPERMEÁVEL OU PLÁSTICO ATÓXICO, LACRADO COM PESO LÍQUIDO DE 400G. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR NOME DO FABRICANTE, CLASSIFICAÇÃO E MARCA DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E NÚMERO DE REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UND	360	R\$ 6,15
34	CEREAL PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL A BASE DE MULTICEREAIS, MILHO OU ARROZ, ENRIQUECIDA DE DE VITAMINAS E SAIS MINERAIS, AÇÚCAR, MALTODEXTRINA, AMIDO E AROMATIZANTE. PACOTE COM 230G.	UND	88	R\$ 8,50
35	CARNE BOVINA TIPO MOÍDA DE PRIMEIRA, LIMPA, TIPO PATINHO, CONTENDO DE 4 A 5% NO MÁXIMO DE GORDURA, EMBALAGEM DE 500 G, RESFRIADA, CONTENDO NO RÓTULO DADOS DO FABRICANTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM), ESTADUAL (SIP) E/OU FEDERAL (SIF)- EMBALADA EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE E LACRADO	PCT	1.300	R\$ 19,44
36	CHARQUE BOVINA DIANTEIRA – CARACTERÍSTICAS GERAIS: ALIMENTO OBTIDO PELA SALGA DAS PORÇÕES MUSCULARES COMESTÍVEIS DA CARNE BOVINA, EMBALADAS A VÁCUO COM AUSÊNCIA DE TECIDOS INFERIORES (APONEUROSSES, CARTILAGENS), E PRODUZIDO EM ESTABELECIMENTO SOB INSPEÇÃO FEDERAL. EMBALAGENS: PRIMÁRIA: PEÇAS EMBALADAS A VÁCUO COM PESO LÍQUIDO DE 01 A 05 KG. SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA COM PESO LÍQUIDO DE 10 A 30 KG. VALIDADE DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	KG	705	R\$ 42,00
37	CANELA EM PÓ FINA HOMOGÊNEA 50 G; OBTIDA DA CASCA DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS; GRÃOS SÃOS E LIMPOS; DE COLORAÇÃO PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO; COM ASPECTO CHEIRO AROMÁTICO E SABOR PRÓPRIOS; LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA	UND	26	R\$ 4,99



	ESPÉCIE;			
38	CRAVO DA ÍNDIA 40 G IN NATURA. APRESENTAÇÃO: PACOTE ATÓXICO, TERMO SOLDADO, RESISTENTE. CARACTERÍSTICAS: EMBALAGEM INTACTA CONTENDO INFORMAÇÕES DO PRODUTO. PRODUTO COM VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	PCT	10	R\$ 5,72
39	AMIDO DE MILHO TIPO MAISENA, COM 200G, SOB FORMA DE PÓ FINO, COR BRANCA, SABOR E ODORES CARACTERÍSTICOS .	UND	635	R\$ 5,11
40	ARROZ POLIDO TIPO 1 – ARROZ BENEFICIADO, LONGO FINO (AGULHINHA), TIPO 1. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGENS: SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE, HERMETICAMENTE FECHADO POR TERMOS SOLDAGEM NA VERTICAL E NA HORIZONTAL COM PESO LÍQUIDO DE 1 KG. VALIDADE DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ANVISA.	UND	315	R\$ 7,68
41	AVEIA EM FLOCOS FINOS, CONTENDO 200G. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	UND	130	R\$ 5,13
42	BISCOITO MARIA OU MAISENA, CONTENDO 400G, DE SABOR COR E ODOR CARACTERÍSTICOS, TEXTURA CROCANTE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	UND	2.020	R\$ 4,81
43	FEIJÃO CARIOCA ESPECIFICAÇÃO: TIPO 1, CLASSE CARIOQUINHA, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS COM TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES. EMBALAGEM DE 1 KG EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	UND	520	R\$ 9,40
44	LEITE INTEGRAL DE 1L COR, AROMA E ODOR CARACTERÍSTICO, NÃO RANÇOSO, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS	LT	330	R\$ 5,95



	INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.			
45	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS. EMBALAGEM: PLÁSTICA, TRANSPARENTE, RESISTENTE, BEM VEDADA, CONTENDO 500 G, ISENTO DE QUALQUER SUBSTÂNCIA ESTRANHA OU NOCIVA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 12 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND	860	R\$ 5,00
46	MASSA DE LASANHA DE 500 G, ISENTO DE SUJIDADES COM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE, ROTULAGEM, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES.	UND	65	R\$ 9,27
47	POLPA DE FRUTAS POLPA DE FRUTA, NATURAL, SABORES (TAMARINDO, MANGA, ACEROLA, CAJÁ, GOIABA, CAJU, ABACAXI, CACAU, UMBU, MARACUJÁ), EM EMBALAGEM DE 1KG COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEVE SER OBSERVADO O TRANSPORTE DE TODOS OS ITENS EM VEÍCULOS HIGIENIZADOS, ISENTOS DE QUALQUER RESÍDUO QUE EXPONHA OS PRODUTOS À CONTAMINAÇÃO FÍSICA, QUÍMICA OU BIOLÓGICA E QUE GARANTAM A SUA TEMPERATURA. OS PRODUTOS OFERTADOS DEVERÃO POSSUIR PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR Á 12 (DOZE) MESES, SENDO QUE, NO ATO DA ENTREGA DO PRODUTO, PODERÃO TER TRANSCORRIDO, NO MÁXIMO, 60 (SESSENTA) DIAS DA DATA DE SUA FABRICAÇÃO. NO ATO DA ENTREGA A POLPA DE FRUTA DEVERÁ ESTAR CONGELADA COM TEMPERATURA DE 18°C COM TOLERÂNCIA ATÉ -15°C. CARNE MOÍDA DE PRIMEIRA, LIMPA, TIPO PATINHO, CONTENDO DE 4 A 5% NO MÁXIMO DE GORDURA, EMBALAGEM DE 1 KG, RESFRIADA, CONTENDO NO RÓTULO DADOS DO FABRICANTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM), ESTADUAL (SIP) E/OU FEDERAL (SIF)- EMBALADA EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE E LACRADO.	KG	675	R\$ 10,49
48	PRESUNTO COZIDO SEM GORDURA FATIADO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, PESO LÍQUIDO, E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU AGRICULTURA. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARROS FECHADOS REFRIGERADOS, EM	KG	829	R\$ 32,00





	EMBALAGENS E TEMPERATURAS CORRETAS (10°C OU DE ACORDO COM O FABRICANTE) E ADEQUADAS, RESPEITANDO A CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. DE MODO QUE AS EMBALAGENS NÃO SE APRESENTE ALTERADAS.			
49	SALSICHA CONGELADA TIPO HOT DOG - CARACTERÍSTICAS GERAIS: ALIMENTO OBTIDO PELA TRITURAÇÃO DAS PORÇÕES MUSCULARES COMESTÍVEIS DA CARNE BOVINA OU SUÍNA (SALSICHA TIPO MISTA). PODERÁ SER UTILIZADO O CONSERVANTE PERMITIDO NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. O PRODUTO DEVERÁ SER APRESENTADO CONGELADO, SEM CRISTAIS DE GELO. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: ODOR: CARACTERÍSTICO, SABOR: CARACTERÍSTICO, ASPECTO: CARACTERÍSTICO; COR: CARACTERÍSTICA DO PRODUTO, TEXTURA: MACIA; CARACTERÍSTICAS MICROSCÓPICAS: SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS: AUSÊNCIA. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: SACO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PERFEITAMENTE LACRADO COM PESO LÍQUIDO DE 01 A 05 KG. SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO, CONTENDO DE 10 A 30 KG, FECHADA COM FITA ADESIVA PLASTIFICADA, DE MODO A GARANTIR RESISTÊNCIA A DANOS DURANTE O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. ROTULAGEM: SEGUIR A RESOLUÇÃO N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002, DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS), DEVENDO CONTER NOS RÓTULOS DA EMBALAGEM OBRIGATORIAMENTE O CARIMBO DO SIF OU SIE. FONTE BIBLIOGRÁFICA: REGULAMENTOS TÉCNICOS DE IDENTIDADE E QUALIDADES DE SALSICHA, APROVADOS INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 4, DE 31 DE MARÇO DE 2000, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTOS.	KG	1.180	R\$ 16,20
50	AMIDO DE MILHO, TIPO CREMOGEMA TRADICIONAL, EMBALAGEM DE 180G.	UND	140	R\$ 8,00
51	BATATA PALHA ACONDICIONADA EM PACOTES DE NO MÍNIMO 120 GRAMAS, COR DOURADA, TEXTURA CROCANTE, SABOR E CHEIRO TIPO CARACTERÍSTICO, VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES.	PCT	30	R\$ 7,23
52	ARROZ PARBOILIZADO CEREAL LONGO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, COM TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS. DEVE SER DE PROCEDÊNCIA NACIONAL. EMBALAGENS: SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE, HERMETICAMENTE FECHADO POR TERMOS SOLDAGEM NA VERTICAL E NA HORIZONTAL COM	KG	310	R\$ 6,59



	PESO LÍQUIDO DE 1 KG. VALIDADE DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ANVISA.			
53	CANJICA AMARELA TIPO (MILHO DE MUNGUZÁ) SEM PELÍCULA EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 500 GRAMAS QUE CONTENHAM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRODUTO COM VALIDADE MÍNIMA DE 08 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND	170	R\$ 4,70
54	CARNE BOVINA CONGELADA DE 1º TIPO DO TIPO COXÃO MOLE OU CHÃ DE DENTRO, ALCATRA, FILÉ MINGNON OU PATINHO. CARACTERÍSTICAS GERAIS: É A PORÇÃO MUSCULAR COMESTÍVEL PROVENIENTE DO CORTE APROPRIADO, ORIUNDA DE ESTABELECIMENTO SOB INSPEÇÃO OFICIAL. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: COR – VERMELHA CARACTERÍSTICA; ODOR – PRÓPRIO; ASPECTO – PRÓPRIO; SABOR – PRÓPRIO. CARACTERÍSTICAS MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: EMBALADAS A VÁCUO EM FILME DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, CONSTANDO O SIF OU SIE. SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA CONTENDO ENTRE 10 A 20 KG. PRAZO DE VALIDADE: O PRODUTO DEVERÁ TER PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 05 MESES A CONTAR DA DATA DO EMPACOTAMENTO.	KG	850	R\$ 30,00
55	CARNE BOVINA TIPO ACÉM CONGELADA PROVENIENTE DE ANIMAIS, SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA, DEVENDO APRESENTAR COLORAÇÃO VERMELHO VIVO, ODOR CARACTERÍSTICO E ASPECTO PRÓPRIO NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA. ISENTOS DE: VESTÍGIOS DE DESCONGELAMENTO, EXCESSO DE GORDURA, CARTILAGEM E APONEVROSE, COLORAÇÃO ARROXEADA, ACINZENTADA E ESVERDEADA, ODOR FORTE E DESAGRADÁVEL, PARASITAS, SUJIDADES, LARVAS E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, A VÁCUO, PESO LÍQUIDO DE 1 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	KG	600	R\$ 30,00
56	CARNE SUÍNA DE 1º, TIPO BISTECA DEVERÁ SER DE PROCEDÊNCIA IDÔNEA, COM CARIMBO DE FISCALIZAÇÃO DO SIF, MINISTÉRIO DA SAÚDE OU ÓRGÃO COMPETENTE, TRANSPORTADOS EM CARROS FECHADOS REFRIGERADOS,	KG	450	R\$ 21,09



	ACONDICIONADOS EM MONOBLOCOS OU CAIXAS DE PAPELÃO LACRADAS, EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS OU A VÁCUO, EM CONDIÇÕES CORRETAS E ADEQUADAS DE TEMPERATURA (CONGELADAS: -18°C, REFRIGERADAS 6°C) RESPEITANDO-SE AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS PRÓPRIAS. PRODUTOS SALGADOS, CURADOS OU DEFUMADOS PODERÃO SER ENTREGUES EM TEMPERATURA AMBIENTE OU RECOMENDADA PELO FABRICANTE.			
57	CARNE BOVINA TIPO COSTELA BOVINA 1ª QUALIDADE. CARNE DE PRIMEIRA, LIMPA, PONTA DA AGULHA, CARNE MAIS GROSSA, COM MAIS CARTILAGEM E OSSOS MAIS FINOS.	KG	600	R\$ 26,50
58	COCO RALADO, EMBALAGEM DE 100G.	PCT	5	R\$ 4,19
59	FARINHA DE MANDIOCA FINA DE 1KG, BRANCA, TORRADA, TIPO I, EMBALADA EM PACOTES LIMPOS, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, ACONDICIONADOS EM FARDOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE.	UND	144	R\$ 5,40
60	FARINHA LÁCTEA À BASE DE FARINHA DE TRIGO TORRADA , LEITE, COMPOSTO DE FARINHA DE CEREAIS, VITAMINAS, MINERAIS E OUTROS PRODUTOS PERMITIDOS EM PÓ ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UND	550	R\$ 9,58
61	FARINHA DE ROSCA, EMBALAGEM DE 500G, DEVENDO SER ENTREGUE E EMBALAGEM LIMPA E TRANSPARENTE. AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO DEVERÃO ATENDER A PORTARIA Nº 1- DINAL/MS DE 28/0187 E DEMAIS NORMAS E LEGISLAÇÃO SANITÁRIAS. REGISTRO OBRIGATÓRIO: SIF.	UND	5	R\$ 6,45
62	FÍGADO BOVINO PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE APARAS, COM ASPECTO FIRME, APRESENTANDO COR VERMELHO ESCURO, SEM ESCURECIMENTO OU MANCHAS ESVERDEADAS.	KG	500	R\$ 15,18
63	FILÉ DE PEITO DE FRANGO, CONTENDO 1KG. CONGELADO, NÃO TEMPERADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, AUSENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHA QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS. DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO, TRANSPARENTE , ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICRO-	UND	200	R\$ 18,49



	ORGANISMOS, DEVIDAMENTE SELADA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, VALIDADE, PRODUTO E MARCA/ PROCEDÊNCIA. VALIDADE À VENCER DE NO MÍNIMO 3 MESES A PARTIR DA ENTREGA.			
64	FRANGO INTEIRO CONGELADO APRESENTAR-SE CONGELADO, COM ADIÇÃO DE ÁGUA DE NO MÁXIMO 6%, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. ACONDICIONADO EM CAIXAS LACRADAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DO LOTE E QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PRODUTO COM PESO MÉDIO ENTRE 2KG À 3KG, TENDO EM VISTA QUE ENCONTRA-SE CONGELADO.	KG	210	R\$ 11,32
65	FRANGO TIPO COXA E SOBRECOXA CONGELADO, COM ODOR E TEXTURA CARACTERÍSTICOS DE UM PRODUTO DE BOA QUALIDADE APRESENTADO EM EMBALAGENS TRANSPARENTES RESISTENTES COM FECHAMENTO A VÁCUO OU BEM LACRADAS, COM DENOMINAÇÃO DO NOME DO PRODUTO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	1.020	R\$ 10,28
66	FÓRMULA DE 0 Á 06 MESES. EMBALAGEM DE 800G.	UND	200	R\$ 89,10
67	GOIABADA EM BARRA E DE CONSISTÊNCIA QUE POSSIBILITE O CORTE. OBTIDO DAS PARTES COMESTÍVEIS DESINTEGRADAS DA GOIABA, COM AÇÚCAR, CONTENDO PECTINA, AJUSTADOR DE PH. ISENTO DE SUJIDADES, LARVAS E PARASITOS, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ACONDICIONADO EM POTES DE 600 G, COM VALIDADE MÍNIMA DE 11 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	UND	100	R\$ 6,85
68	FUBÁ DE MILHO, CONTENDO 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	UND	50	R\$ 4,95
69	IOGURTE DE 1L PARCIALMENTE DESNATADO COM POLPA DEFRUTA SABOR MORANGO, EMBALAGEM FILME E FLEXÍVEL, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 20 DIAS E LOTE REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	UND	750	R\$ 8,49
70	LEITE DESNATADO, COR, AROMA E ODOR CARACTERÍSTICO, NÃO RANÇOSO, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES A CONTAR DA ENTREGA.	UND	100	R\$ 8,80
71	LINGUIÇA TIPO CALABRESA GROSSA, EMBALADA A VÁCUO, ACONDICIONADA	KG	970	R\$ 26,27



	EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 01 KG.			
72	MAIONESE ESPECIFICAÇÃO: EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS – CNNPA. POTE COM 250 GRAMAS.	UND	200	R\$ 4,73
73	REQUEIJÃO CREMOSO DE 200G, DE SABOR SUAVE E TEXTURA MACIA, FEITO A PARTIR DO LEITE, GERALMENTE DE VACA. ELE É PRODUZIDO ATRAVÉS DA COAGULAÇÃO DO LEITE COM O USO DE COALHO OU OUTROS AGENTES COAGULANTES, E POSTERIORMENTE É AQUECIDO E ADICIONADO DE CREME DE LEITE. PESAGEM 228.0G, PRAZO DE VALIDADE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	PTE	80	R\$ 8,55
74	KETCHUP DE 1KG COM CONSISTÊNCIA GROSSA INGREDIENTES: ÁGUA, VINAGRE, POLPA DE TOMATE, AMIDO MODIFICADO, FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, SAL, CONDIMENTO DE KETCHUP, AROMA PARA KETCHUP, CONSERVADOR INS 211, EDULCORANTE INS 952 E CORANTE INS 124. KETCHUP TRADICIONAL COM PESO LÍQUIDO DE 1KG.	LT	20	R\$ 18,49
75	PÃO MASSA FINA PARA HOT DOG, PÃO É O PRODUTO OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS ADEQUADAS, DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO, FERMENTO BIOLÓGICO, ÁGUA E SAL, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS APROVADAS. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: ASPECTO DA MASSA COZIDA: O PÃO DEVE APRESENTAR DUAS CROSTAS, UMA INTERIOR E OUTRA MAIS CONSISTENTE, BEM ADERENTE AO MIOLO. O MIOLO DEVE SER POROSO, LEVE HOMOGÊNEO, ELÁSTICO, NÃO ADERENTE AOS DEDOS AO SER COMPRIMIDO E NÃO DEVEM APRESENTAR GRUMOS DUROS, PONTOS NEGROS, PARDOS OU AVERMELHADOS. COR: A PARTE EXTERNA DEVE SER AMARELADA, AMARELO-PARDACENTA, OU DE ACORDO COM O TIPO; O MIOLO DEVE SER DE COR BRANCA, BRANCO-PARDA OU DE ACORDO COM O TIPO. CHEIRO: PRÓPRIO; SABOR: PRÓPRIO. CARACTERÍSTICAS MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. EMBALAGEM: O RÓTULO DEVE CONSTAR A DENOMINAÇÃO DO PRODUTO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DESTA NORMA. REFERÊNCIA: RESOLUÇÃO - CNNPA Nº 12, DE 1978 D.O DE 24/07/1978.	UND	30.000	R\$ 0,90



76	PÃO MASSA FINA, TIPO DOCE PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO. AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS, FÍSICO-QUÍMICAS, MICROBIOLÓGICAS E MICROSCÓPICAS DEVERÃO OBEDECER AO CÓDIGO SANITÁRIO E AS LEIS E NORMAS ESPECÍFICAS VIGENTES.	UND	4.000	R\$ 1,10
77	PÃO FRANCÊS – PRODUTO DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO. AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS, FÍSICO-QUÍMICAS, MICROBIOLÓGICAS E MICROSCÓPICAS DEVERÃO OBEDECER AO CÓDIGO SANITÁRIO E AS LEIS E NORMAS ESPECÍFICAS VIGENTES.	UND	4.000	R\$ 1,20
78	PANETONE COM FRUTAS CRISTALIZADAS, UVA-PASSAS OU GOTAS DE CHOCOLATE COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO, E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, OVOS, LEITE, MANTEIGA, SAL, EMULSIFICANTE, CONSERVANTES E CORANTES, COM VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES NA DATA DA ENTREGA.	UND	135	R\$ 18,16
79	PEIXE TIPO MERLUZA DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM FILÉ, CONGELADO, EM TEMPERATURA DE -18°C COM TOLERÂNCIA DE ATÉ -15°C. EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO. MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARROS FECHADOS REFRIGERADOS, EM EMBALAGENS E TEMPERATURAS CORRETAS E ADEQUADAS, RESPEITANDO A CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. DE MODO QUE AS EMBALAGENS NÃO SE APRESENTE ALTERADAS. DEVERÁ APRESENTAR AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: COR: BRANCO-ROSADO; CARNE: FIRME E ELÁSTICA; CHEIRO: PRÓPRIO DE PEIXE, E EM ESTADO DE CONGELAMENTO.	KG	415	R\$ 36,50
80	PEIXE TIPO TAINHA, TRATADO E EM ESTADO DE CONGELAMENTO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM BEM LACRADA DE 1 KG. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO. MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARROS FECHADOS REFRIGERADOS, EM EMBALAGENS E TEMPERATURAS CORRETAS E ADEQUADAS, RESPEITANDO A CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. DE MODO QUE AS EMBALAGENS NÃO SE APRESENTE ALTERADAS.	KG	430	R\$ 23,00
81	ACHOCOLATADO LÍQUIDO DE 1L, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS, FONTES MINERAIS, SEM GLÚTEN. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 1L. DATA DE FABRICAÇÃO DE NO	UND	500	R\$ 8,00



	MÁXIMO 30 DIAS ANTES DA ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES.			
82	ABÓBORA IN NATURA SUA CASCA DEVE SER LISA E NÃO PODE ESTAR MURCHA, DE COR BEM VIVA E SEM RESQUÍCIOS DE MACHUCADURA.	KG	420	R\$ 5,08
83	ALHO IN NATURA CONTER CASCA BEM APRESENTÁVEL, CHEIRO E ODOR FORTE.	KG	50	R\$ 19,75
84	BATATA INGLESA IN NATURA DEVE TER CONSISTÊNCIA FIRME, SUA CASCA LISA E SEM MACHUCADOS.	KG	940	R\$ 5,51
85	BANANA DA TERRA IN NATURA, DEVE TER CONSISTÊNCIA FIRME, COM A CASCA LISA E SEM MACHUCADOS, DE COR PREDOMINANTE VERDE OU COMEÇANDO A FICAR DE VEZ.	KG	150	R\$ 7,45
86	BETERRABA IN NATURA, SEU ESTADO IDEAL APRESENTA CORES BEM CONDENSADAS, CASCA PLANA, SEM ASPEREZAS. A FOLHAGEM LUSTROSA, DE PREFERÊNCIA NO TAMANHO MÉDIO OU PEQUENO.	KG	44	R\$ 5,63
87	CEBOLA BRANCA IN NATURA FORMATO OVAL E SUA CASCA DE COR ALARANJADA, SEU INTERIOR É CONSTITUÍDO POR FOLHAS ESCAMIFORMES DISPOSTA EM CAMADAS.	KG	801	R\$ 4,00
88	CENOURA IN NATURA APRESENTA UMA RAIZ FUNIFORME, GROSSA, CARNUDA DE COR ALARANJADA E SABOR ADOCICADO.	KG	858	R\$ 6,88
89	CHUCHU IN NATURA APRESENTAR COR VERDE SEM MANCHAS OU MACHUCADURAS.	KG	342	R\$ 5,80
90	REPOLHO VERDE IN NATURA DE PRIMEIRA, COLORAÇÃO DAS FOLHAS VERDE, CABEÇA REDONDA, TIPO DE FOLHA LISA, DEVERÁ APRESENTAR TAMANHOS E COLORAÇÕES UNIFORMES DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDOS, FIRME E INTACTO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE.	KG	590	R\$ 6,94
91	TOMATE IN NATURA SEM SINAIS DE MANCHAS, QUE SEJAM LISOS, FIRMES E DE COR UNIFORMES. SEMPRE OPTAR POR ENTREGAR TOMATES DE VEZ E MADUROS.	KG	637	R\$ 6,90
92	COUVE IN NATURA FOLHAS VERDE CLARA OU ESCURA, TENRAS LISAS OU UM POUCO ONDULADAS, COM PECÍOLO OU NERVURAS DE COR VERDE CLARO, AS FOLHAS DEVEM ESTAR COM ASPECTO DE PRODUTO FRESCO, OU SEJA, SEM MANCHAS ESCURAS OU AMARELAS, SEM SINAIS DE MURCHA E COM ASPECTO FIRME.	MÇ	370	R\$ 3,66
93	COENTRO IN NATURA FOLHAS SUPERIORES FINAMENTE DIVIDIDAS E MUITO	MÇ	425	R\$ 3,00





	MAIS NUMEROSAS O TALO MEDINDO ATÉ 30 CM.			
94	BATATA DOCE IN NATURA CORES EXTERNAS AMARELAS, BRANCAS OU ROXAS, SEM MANCHAS E COM ASPECTO DE NOVA.	KG	640	R\$ 7,50
95	MACAXEIRA IN NATURA APARÊNCIA DE NOVA DESCASCADA E ACONDICIONADA EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 1 KG, DE PRIMEIRA QUALIDADE E SEM MANCHAS.	KG	640	R\$ 5,43
96	PIMENTA DE CHEIRO IN NATURA OBTER CORES PREDOMINANTES, VERDE E MADURA, SEM MANCHAS OU MACHUCADOS.	KG	73	R\$ 10,50
97	PIMENTÃO VERDE IN NATURA NÃO DEVE ESTAR MADURO, SEM MANCHAS OU MACHUCADOS.	KG	399	R\$ 10,79
98	QUIABO IN NATURA APRESENTAR COLORAÇÕES VERDOSAS, NÃO ESTAR APARENTEMENTE DURO, SEM MANCHAS NO SEU EXTERIOR E SER NOVO.	KG	160	R\$ 11,35
99	INHAME IN NATURA DE 1ª QUALIDADE, COM CASCA E SEM MANCHAS ESCURAS.	KG	530	R\$ 9,44
100	MAÇA IN NATURA, CONSISTÊNCIA FIRME, COM CASCA LISA E SEM MACHUCADOS, DE PREFERÊNCIA AS MAÇAS MAIS VERMELHAS. DE TAMANHO MÉDIO OU GRANDE.	KG	410	R\$ 8,71
101	MELANCIA IN NATURA, CASCA DURA E LISA, SEM MANCHAS OU MACHUCADOS, DE COLORAÇÃO EXTERNA VERDE, E INTERNA VERMELHA.	KG	310	R\$ 4,17
102	BANANA PRATA IN NATURA, A PARTE AMARELA DEVE PREDOMINAR SOBRE AS MANCHAS MARRONS E PRETAS, FIRMES E COM PONTOS VERDES NA CASCA. TAMANHO MÉDIO OU GRANDE.	KG	460	R\$ 9,10
103	MAMÃO PAPAIA IN NATURA SUA CASCA NÃO PODE ESTAR MACHUCADA E DEVE ESTAR SEM MOFO, SER MACIO.	KG	220	R\$ 7,00
104	ABACAXI IN NATURA SUA CASCA DEVE ESTAR DOURADA, CHEIRO CARACTERÍSTICO DE FRUTA AGRADÁVEL, TAMANHO MÉDIO OU GRANDE, SEM MANCHAS OU MACHUCADURAS.	KG	310	R\$ 10,00
105	MELÃO IN NATURA, CASCA DURA, LISA E FIRME, AMARELA, SEM MANCHAS E MACHUCADOS, TAMANHO MÉDIO OU GRANDE.	KG	220	R\$ 8,04
106	MANGA IN NATURA DEVE SER MACIA, MAIS QUANDO PRESSIONADA NÃO DEVE ROMPER SUA CASCA, TAMANHO MÉDIO OU GRANDE.	KG	220	R\$ 6,05
107	GOIABA VERMELHA IN NATURA FRUTO CARNOSO, DE CASCA VERDE, POLPA	KG	160	R\$ 8,33



	INTERIOR ROSADA. TAMANHO GRANDE.			
108	PEPINO IN NATURA, FRUTO LONGO, APRESENTA SUA CASCA DE TOM ESVERDEADO E UMA POLPA DE COR CLARA E SABOR BASTANTE SUAVE. CONTENDO SEMENTES EM SEU INTERIOR.	KG	15	R\$ 5,78
109	LIMÃO IN NATURA CASCA VERDE, PODENDO SER ENRUGADA, E ÁSPERA E FINA, CONTENDO BASTANTE LÍQUIDO. TAMANHO PEQUENO OU MÉDIO.	KG	30	R\$ 5,00
110	CEBOLINHA IN NATURA MÁXIMO DE 30CM DE ALTURA, FOLHAS CILINDRICAS, LINEARES E LONGAS, BULBOS TUNICADOS E ARREDONDADOS NA COLORAÇÃO VERDE.	MÇ	330	R\$ 3,66
111	PERA IN NATURA DE 1ª QUALIDADE	KG	200	R\$ 17,87

**1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do instrumento contratual.**

**1.5. O custo estimado total da contratação é da ordem de R\$ 570.825,54 (Quinhentos e setenta mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), após prestado e fiscalizado as aquisições.**

**1.6. A contratação originada deste termo, tratar-se-á de forma parcelada, logo o valor contratado será distribuído mediante emissão prévia de ordens de fornecimento, juntamente com a nota de empenho da despesa. Os pagamentos devem ocorrer somente após conferência pelos responsáveis designados das respectivas atribuições, respeitado em todos os casos a fila de credores após a liquidação.**

**1.7. A existência de Ata de Registro de Preços originário deste termo determina a Administração Pública Municipal a firmar as contratações na quantidade parcelada neste Termo de Referência, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.**

**1.8. A contratação não deve ultrapassar o valor orçado, somente caso feito um aditivo referente a Ata de Registro de Preços, na porcentagem autorizada pela lei.**

**1.9. Todas as notas fiscais da Cozinha Comunitária que for paga com recurso da emenda parlamentar deverão conter a Programação SIGTV nº 280210620220001 em dados complementares.**

**1.10. A Cozinha Comunitária Pedro Francisco dos Santos será dividida para compras por Recurso Próprio e pela Emenda parlamentar dentro da ação 2108 e na Fonte de Recurso 16693110 anexada a este processo.**

**1.10. Os demais recursos deverão conter o número do empenho nos dados complementares da Nota Fiscal.**

## 02 – APRESENTAÇÃO – RESUMO

**2.1. Organizado pela Cozinha Comunitária, por intermédio do Fundo Municipal da Assistência Social, o qual cada um tem a sua função dentro do equipamento que é um espaço de integração e desenvolvimento pessoal,**



alimentar e nutricional, requer e necessita completamente dos itens supracitados neste processo licitatório. Tal ação está sintonizada na **rotina diária**, onde são distribuídas as alimentações aos usuários da Cozinha comunitária Pedro Francisco dos Santos servindo de segunda a sexta aos usuários.

Ainda, nesse sentido, por meio deste Fundo Municipal de Assistência Social, por meio da Cozinha Comunitária Pedro Francisco dos Santos, o qual disponibilizará estrutura alimentícia para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, buscando proporcionar melhoria na estrutura alimentar e nutricional dos cidadãos que desfrutam deste alimento.

**2.2.** A Casa Acolhedora Zilda Arns dos Santos, tem a função de acolher, voluntariamente, em seu espaço familiar, uma criança e/ou adolescente em situação de risco social ou pessoal, que foi afastada por decisão judicial de seu meio familiar e comunitário. O acolhimento institucional é um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social.

**2.3.** O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência das crianças e adolescentes na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades abordam questões relevantes sobre a infância e adolescência, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral dos adolescentes.

No SCFV Maria do Carmo Vilaça têm-se idosos maiores de 60 anos que são assistidos e acompanhados pelos responsáveis do serviço de Convivência, garantido diversas tardes de lazer, jogos, atividades, e de alimentação para os presentes durante o dia a dia, contribuindo positivamente para o convívio comunitário.

**2.4.** O Centro de Referência da Assistência Social Núbia Nabuco Macedo, desenvolve serviços públicos responsáveis pela oferta de serviços, programas, benefícios e projetos sociais. O CRAS atende famílias e indivíduos na comunidade e oferta serviços voltados a crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência.

**2.5.** O Centro de Referência da Assistência Social Olga Benário, é especialmente destinado ao atendimento de famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social, pobreza, ausência de renda, acesso precário aos serviços públicos, fragilização dos vínculos familiares e comunitários.

**2.6.** Centro de Referência de Atendimento a Mulher, atende as mulheres em situação de violência oferecendo: atendimento e acompanhamento psicológico e social - realizado por equipe multidisciplinar. Auxílio na obtenção do apoio jurídico. Orientação para acesso a programas de educação e para inserção no mercado do trabalho.

**2.7.** Conselho Tutelar I Juiz Osório de Araújo Ramos, serve para garantir que as crianças e adolescentes tenham todos os seus direitos respeitados. Essa é a principal missão dos conselheiros tutelares, considerados essenciais na proteção da infância e adolescência no Brasil.

**2.8.** Conselho Tutelar II Promotor Valdir de Freitas Dantas, Os conselheiros são responsáveis, por exemplo, por receber denúncias de situações de violência, como negligência, maus-tratos e exploração sexual, de acordo com o



Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Distrital nº 5.294/2014.

**2.9.** O Cadastro Único e Programa Bolsa Família, enquanto o Cadastro Único é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Ele foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras de forma gratuita. Já o PBF a família precisa estar inscrita no Cadastro Único e ter renda mensal de até R\$ 154 por pessoa. Além disso, todos os integrantes de 6 a 15 anos, as gestantes e as nutrizes vem cumprir as condicionalidades. A concessão de benefícios é feita com base nas informações do Cadastro Único.

**2.10.** Sede dos Conselhos, é um local para abrigar os Conselhos Municipais, com a finalidade de prestar assessoria administrar e buscar meios para aproximação da comunidade ao Poder Executivo, por intermédio desse espaço democrático que são os Conselhos Municipais.

**2.11.** Almoxarifado do Fundo Municipal da Assistência Social, é o local destinado à guarda, localização, segurança e preservação do material de consumo, expediente, permanentes, dentre outros adquiridos, adequado à sua natureza, a fim de suprir as necessidades operacionais dos setores integrantes da estrutura organizacional.

**2.12.** O Centro de Referência Especializada de Assistência Social, atende pessoas que vivenciam situações de violações de direitos ou de violências.

**2.13.** A Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT, diante das suas atribuições no Município necessita de alguns itens para o atendimento dos serviços realizados durante o período de 12 (doze) meses por esta Secretaria Municipal. A SMTT, por sua vez realiza reuniões e palestras de conscientização no trânsito, visando melhorias e uma maior segurança dos motociclistas, motoristas, assim como também aos pedestres.

**2.14.** A Secretaria Municipal de Saúde, dentre as atribuições no Município têm-se o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que promove ações e projetos diariamente, por meio de sua Coordenação, que realiza eventos contemplados em seu planejamento, na lógica da atenção integral, por meio da atuação de equipe multiprofissional.

**2.15.** A Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, dentre suas atribuições têm o dever de realizar e apoiar eventos que estimulem a cultura e o turismo do nosso Município. Para tal, faz-se necessário a aquisição de gêneros alimentícios (como biscoitos) para serem utilizados nos diversos eventos realizados pela mesma. Além disso, possui o Projeto Sanfoneiros do Amanhã, o qual atende diversas crianças carentes que necessitam também da utilização dos Gêneros Alimentícios.

**2.16.** A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico diante das diversas atribuições dentro do Município realiza demandas coletivas, reuniões e nos eventos da Secretaria com empresários, presidentes de Associações da zona rural, agricultores, pequenos pecuaristas e com os conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, e o de Desenvolvimento Rural Sustentável.

### 03- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** Futura aquisição de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis.

**3.2.** Os quantitativos foram levantados, levando-se em consideração o exposto no Documento de Formalização de



Demandas (DFD), emitido pelo setor solicitante, em consonância com orçamento emitido pela empresa.

**3.3.** Consta previsto no PCA os itens presentes neste prohttps://www.estancia.se.gov.br/Handler.ashx?f=f&query=f7b7d23f-5049-48d3-bc7b-59ae674fa1da.pdfcesso f, contemplando assim a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, alinhando-se ao planejamento do Fundo Municipal da Assistência Social, consoante inciso II do § 1º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

**3.4.** A empresa fornecedora deve fornecer as mercadorias de 1ª qualidade, levando sempre em consideração que caso não seguir as obrigações como fornecedor haverá penalidade.

#### 04- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

**4.1.** Considerando a necessidade em suprir as demandas do fornecimento de Gêneros alimentícios da Cozinha Comunitária Pedro Francisco dos Santos, Casa Acolhedora Zilda Arns Neumann, Centro de Referência da Assistência Social Núbia Nabuco Macedo, Centro de Referência da Assistência Social Olga Benário, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Centro de Referência de Atendimento a Mulher, Conselho Tutelar I Juíz Osório de Araújo Ramos, Coordenação do Cadastro Único e PBF, Conselho Tutelar II Promotor Valdir de Freitas Dantas, Centro de Referência Especializada de Assistência Social, Almoxarifado do Fundo Municipal da Assistência Social e a Sede dos Conselhos, a Secretaria Municipal da Assistência Social fora entendido que se torna de obrigatoriedade da mesma que faça a aquisição dos Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis por meio de licitação pública, contribuindo também para atender as demandas das secretarias partícipes.

**4.2.** Considerando também que para o preparo das refeições se tem a necessidade dos itens presentes neste Termo, levando em considerações toda as necessidades dos equipamentos, e visando a eficácia no preparo das alimentações de maneira saudável e garantindo uma boa alimentação aos assistidos.

**4.3.** Diante da necessidade dos alimentos presentes neste Termo, a contratação da empresa para o fornecimento deve seguir todos os critérios exigidos na Lei, visando uma contratação que não gere danos ao patrimônio público e visando que não haja o desperdício de verbas públicas.

**4.5.** A contratação da empresa deve seguir todos os critérios presentes neste termo, garantindo que os insumos serão entregues da melhor maneira.

**4.4.** Definido no Estudo Técnico Preliminar- ETP, a solução que melhor se encaixa diante da necessidade, que por sua vez gerará os resultados pretendidos pela administração pública, nota-se a melhor solução está descrita no item 6.1 do ETP, segue a baixo:

SOLUÇÃO 1: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis.	
<b>VANTAGENS:</b> São produtos naturais sem adição de açúcares, sal, gordura. Alimentos nutritivos e saudáveis. Possibilita que os responsáveis planejem uma alimentação diante das necessidades dos usuários/assistidos. Possibilita um acondicionamento adequado.	<b>DESVANTAGENS:</b> 1. Gastos com gás GLP e trabalho operacional.
<b>ENCAMINHAMENTO:</b>	



Solução que atende a demanda.

**4.5.** Diante a necessidade a solução mais viável é Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, permitindo que seja feita uma análise das mercadorias entregues por meio do setor receptor.

**4.6.** Mediante a necessidade a dispensa de licitação é a forma mais exequível, tendo em vista, que na data da elaboração deste documento, não existe ata de registro de preços vigente e nem contrato firmado por este fundo, portanto é fundamental que a contratação seja feita por meio de Dispensa de licitação devido à urgência exposta pelo setor demandante no Documento de Formalização de Demanda, desta forma, visando o cumprimento dos compromissos institucionais.

## 05 – PÚBLICO BENEFICIÁRIO

**5.1.** O público beneficiário são as pessoas em situações de vulnerabilidade social que são assistidos ou usuários dos equipamentos e departamentos.

Diante disso, a contratação em espeque viabilizará aos equipamentos e departamentos da Assistência Social que atendem o público, uma alimentação que contribuirá para uma vida saudável.

## 06. VALOR DA AQUISIÇÃO

**6.1.** O valor da contratação em espeque está orçado no montante **R\$ 570.825,54 (Quinhentos e Setenta Mil, Oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro Centavos)**, que deverá ser entregue parceladamente conforme seja a solicitação deste fundo e das secretarias que participaram deste processo, com prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data de envio da ordem de fornecimento juntamente com a Nota de Empenho, correspondente a uma aquisição de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, **que é de extrema importância para o funcionamento de toda rede assistencial e das Secretarias Municipais que fizeram a participação deste Processo Licitatório.**

**6.2.** Desse modo encontra-se no anexo a este Termo de Referência o quantitativo de cada produto com o valor total de cada item, não podendo no ato do Empenho redividir o mesmo. Já que os Departamentos e Equipamentos enviaram os Documentos de Formalização de Demanda com quantitativo para 12 meses, verifica-se dos autos que foi realizado aferições mercadológicas, junto ao Banco de Preços tornando-se mais rápido o orçamento, obtendo-se o menor valor acima indicado para a totalidade dos serviços.

## 07. MODELO DE EXECUÇÃO

**7.1.** A cidade de Estância deverá cumprir com o estabelecido na proposta orçamentária;

**7.2.** O fornecimento deverá ser executado durante a solicitação;



**7.3.** O fornecimento deverá ser executado após a solicitação do **Fundo Municipal da Assistência Social e das secretarias partícipes** correndo as eventuais despesas por conta da contratada, nos horários e locais descritos por esta secretaria.

**7.4.** Pelo descumprimento do prazo de execução, será aplicada a sanção constante no item **DAS SANÇÕES**, deste Termo.

#### **7.5. Dos prazos para Execução Contratual**

**7.5.1.** A ordem de fornecimento deverá ser enviada via e-mail e whatsapp (para fins de garantia) com um prazo de 5 (cinco) dias corridos, visando suprir as necessidades de ambas as partes. A empresa deverá acusar o recebimento e entregar os materiais no prazo.

**7.5.2.** O prazo máximo para a execução em casos de atraso será de 1 (uma) hora a contar a partir do horário previsto em ordem de fornecimento.

**7.5.3.** A contratada deverá atender prontamente a todos os chamados que receber do setor solicitante, no prazo máximo de **04 (quatro) horas**, contado do registro da solicitação do fornecimento, obedecendo aos chamados entre as partes, no interesse da administração;

**7.6.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**7.6.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles encaminhadas.

**7.6.2.** Reputa-se como entregue e recebido, e-mail que não retornar com mensagem de erro.

**7.6.3.** A empresa deverá incluir o domínio [assistencia.estancia.se@gmail.com](mailto:assistencia.estancia.se@gmail.com) na sua lista de e-mails confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou lixo eletrônico.

**7.7.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **08. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** O fornecimento será efetuada através da Ordem de fornecimento e Nota de Empenho, emitida pelo **Fundo Municipal da Assistência Social, e as secretarias partícipes**.

**8.2.** O Ata de Registro de Preços para fornecimento será emitido em 03 (três) vias, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data de convocação para assinatura. A primeira via do referido documento será enviada para a empresa contratada, a segunda via ficará de posse do **Fundo Municipal da Assistência Social** e a terceira para arquivo no procedimento licitatório..

**8.3.** Os fornecimentos devem serem realizados, atendendo requisitos exigidos neste Termo de Referência.

**8.4.** O prazo, a quantidade, a forma de fornecimento, de recebimento, de aceite e as demais condições de execução do objeto serão definidos neste Termo.

**8.5.** Não será aceita a execução cujo instrumento não tenha sido autorizado ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidas.

**8.6.** Não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta contratação não eximirá a Contratada das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

#### **8.7. A contratação será fornecida:**

**8.7.1.** Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

**8.7.2.** Definitivamente, mediante termo circunstanciado e após verificação da qualidade que comprove a





adequação do objeto do Termo de Referência, observado o disposto no Art. 74 da Lei nº 14.133/21.

**8.8.** Os fornecimentos em definitivo não eximirá o fornecedor de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que o **Fundo Municipal da Assistência Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Saúde e Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Estância** venha a fazer, baseada na existência de serviço inadequado para o uso, no prazo de validade da prestação.

**8.9.** Na hipótese do fornecimento apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

**8.10.** O prazo do fornecimento será de acordo com o estabelecido neste termo de referência, que corresponde a 5 (cinco) dias corridos.

**8.11.** Se durante o prazo do fornecimento, os mesmos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a contratada deverá providenciar correção no prazo máximo estabelecidos no termo de referência.;

**8.12. É vedada expressamente a subcontratação.**

**8.13.** O pagamento seguirá conforme especificações abaixo elencadas:

**8.13.1.** A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor a ser contratado de forma **parcelada**, de acordo com as obrigações realizadas, ou seja, com base no quantitativo solicitado pela CONTRATANTE efetivamente prestado pela CONTRATADA.

**8.13.2.** O pagamento será efetuado após empenho e liquidação da despesa por meio de crédito em conta-corrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até **30 (trinta) dias** consecutivos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável pelo recebimento da Secretaria solicitante.

**8.13.3.** Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar junto com o documento fiscal, as Certidões negativas atualizadas, de Regularidade para com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela à Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e Certidões negativas de débitos ou Certidão positiva com efeito de negativa com as Fazendas Estadual e Municipal, estas últimas do domicílio tributário da Contratada.

**8.14.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**8.15.** Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo de **30 (trinta) dias** reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

**8.16.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**8.17.** O preço apresentado na proposta será fixo e não sofrerá reajuste.

## **09. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATADA:

**a)** fornecer **os Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis** em condições apropriadas para o consumo e dentro dos padrões definidos pelos **Órgãos fiscalizadores de Controle de qualidade** e ainda de acordo com as especificações constantes neste Termo e seus anexos;

**b)** assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do fornecimento;

**c)** arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem



qualquer ônus ao Município;

**d)** indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados ao Município, em decorrência do eventual fornecimento de **Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis** inadequados, incluindo-se também os danos materiais, pessoais e a terceiros, ficando a Contratante autorizada a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos à CONTRATADA;

**e)** Apresentar documento fiscal especificando todo o produto fornecido, com indicação de preços unitários e total;

**f)** Permitir que representante da Secretaria solicitante acompanhe o fornecimento dos produtos, sempre que solicitado;

**g)** Manter, em compatibilidade com o compromisso a ser assumido, durante a vigência do contrato referente a este Procedimento licitatório, todas as condições de habilitação e de qualificação do produto exigido na licitação;

**h)** Comunicar a impossibilidade de atendimento da solicitação nos termos da Requisição de Fornecimento própria, informando ainda as possibilidades de fornecimento em condições diferentes;

**i)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do contratante, cujas obrigações se obriga a atender prontamente.

**j)** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**k)** Cumprir e fazer cumprir (seus prepostos e/ou conveniados) as leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes pertinentes à matéria de objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

**l)** Fornecer e manter atualizado o endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone fixo, celular e fax, para que a **Secretaria Municipal da Assistência Social** e as secretarias partícipes mantenham os contatos necessários;

**m)** Comunicar imediatamente a **Secretaria Municipal da Assistência Social** todas as alterações eventualmente ocorridas no ato constitutivo da empresa contratada.

**n)** Submeter à aprovação do CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.

**o)** Apresentar documento fiscal especificando todo o produto fornecido, com indicação de preços unitários e total;

**p)** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Contratante;

**q)** Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

**r)** Solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;

**s)** substituir o (s) produto (s) que esteja (m) desconformes com o estabelecido no Edital e no Termo de Referência, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis** a contar da Notificação da Secretaria Municipal da Assistência Social;

**t)** manter, em compatibilidade com o compromisso a ser assumido, durante a vigência do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e de qualificação dos produtos exigidos(as) na licitação.

**u)** **Entregar todas as mercadorias conforme marcas apresentadas.**

**v)** **Apresentar amostras de cada mercadoria.**

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**10.1.** Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATANTE:

**a)** prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA;

**b)** notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas nos produtos fornecidos;

**c)** atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após o aceite dos produtos fornecidos;

**d)** efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;



- e) participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos produtos;
- f) designar representante para recebimento da mercadoria com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização dos fornecimentos;
- g) proceder vistoria dos produtos, vetando a utilização daqueles que estejam em desacordo com os padrões estipulados;
- h) fornecer atestados de capacidade técnica, desde que cumpridas todas as cláusulas contratuais;
- i) encaminhar ao Departamento de Contabilidade/Tesouraria as Notas Fiscais da CONTRATADA para posterior pagamento;
- j) permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do Contratante para tratar de assuntos pertinentes ao objeto contratado;
- k) rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com o contrato;
- l) proceder ao pagamento do contrato, na forma e nos prazos pactuados;
- m) sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua;
- n) registrar as ocorrências havidas com o preposto da CONTRATADA e solicitar as providências necessárias.
- o) As amostras deverão serem apresentadas para CPL e para o Fundo Municipal da Assistência Social.**
- p) Não receber mercadoria diferente de marca apresentada.**

## 11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

**11.1.** As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**11.2.** Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas na Lei 14.133. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

**11.3.** A **Secretaria Municipal da Assistência Social**, registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- a) atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;
- b) solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;
- c) emitir pareceres em todos os atos da Administração, relativos à execução do objeto e, em especial, na aplicação das sanções estabelecidas;
- d) fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;
- e) determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;
- f) sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua;
- g) registrar as ocorrências havidas, firmado com o preposto da CONTRATADA;

**11.4.** A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pelo descumprimento, por parte da empresa, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços/ Fornecimento, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I - advertência;



II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1.2. § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.1.3 § 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.1.4. § 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

12.1.5. § 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.1.6. § 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.1.7. § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:



I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

12.1.8. § 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

12.1.9. § 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.1.10. § 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2. Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.3. Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

12.3. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

12.4. Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

12.5. Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;



II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

12.5.1. Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### 13. APLICAÇÃO DAS SANSÕES

13.1. Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do **caput** do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.2. Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.2.1. § 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

13.2.2. § 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.2.3. § 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.2.4. § 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

13.3. Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de



agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

#### 14. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**14.1** – A presente Licitação poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 124 da Lei n.º 14.133/21, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### 15. DO FORO

**15.1.** – Esta Licitação se encontra subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

**15.2.** – Fica eleito o Foro da cidade de Estância, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que o seja, para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E, assim, por acharem-se justos e acordados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, para que possa surtir os efeitos jurídicos.

#### 16. RESULTADOS PRETENDIDOS

**16.1.** Dentre os resultados esperados com a contratação, destacam-se:

- Garantir que o processo seja executado de maneira transparente.
- Fazer a contratação garantindo que todos os critérios sejam atendidos.
- Atender com eficácia as necessidades dos equipamentos do Fundo Municipal da Assistência Social e das Secretarias partícipes.
- Garantir que as demandas das refeições sejam supridas.
- Conseguir fazer o armazenamento correto das mercadorias que necessitem de separação por pacote.

#### 17-ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**17.1.** A aquisição estima-se no valor de **R\$ 570.825,54 (Quinhentos e Setenta Mil, Oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro Centavos)**, diante da necessidade da Aquisição dos Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis.

#### 18- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**18.1.** Informo que as classificações orçamentárias que se dará as despesas serão ações utilizadas pelo Fundo Municipal da Assistência Social e das secretarias partícipes, sempre garantindo que se tenha dotação orçamentária, diante da reserva de dotação.

Estância/SE, 14 de Junho de 2024.





**YANE SANTOS ASSUNÇÃO FIGUEIREDO**  
ASSISTENTE OPERACIONAL  
AGENTE ADMINISTRATIVO

CIENTE:

**GABRIELA DE MENESES OLIVEIRA**  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DEC. N.º 7.908/2022



**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
(encaminhamento obrigatório, imediatamente após a fase de lances)

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

Nome do Representante Legal: \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_ e CPF: \_\_\_\_\_

**PROPOSTA DE PREÇOS**

Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ITEM \_\_\_\_\_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				R\$	R\$

2. Prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado da data de abertura do certame, caso não seja indicado, será considerada de **60 (sessenta) dias corridos**.
3. Declaro que nos preços ora propostos e naqueles que por ventura vierem a ser ofertados, por meio de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis ao perfeito fornecimento dos produtos, tais como: impostos, taxas, transporte, acomodação, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que por ventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.
4. Declaro que estamos de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada.
5. O prazo máximo para entrega dos produtos será de \_\_\_\_\_ dias, contados a partir da solicitação da Contratante.
6. O valor da proposta é de R\$ \_\_\_\_\_, nos termo acima.

Estância-SE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Carimbo e Assinatura do Representante legal da Empresa)



ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE CUSTO

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

E-mail:

Banco: Agência:

Local/Data:

Conta-corrente Nº:

ITEM \_\_\_\_

ITEM	PRODUTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO BRUTO DO PRODUTO	VALOR TOTAL BRUTO DO PRODUTO	IMPOSTOS INCIDIDOS NO PRODUTO	VALOR DO TRANSPORTE DO PRODUTO	ENCARGOS GERAIS / OUTROS	LUCRO DA EMPRESA	VALOR FINAL DO PRODUTO
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA									

OBS: O licitante deverá inserir em sua **PLANILHA DE CUSTOS** demais elementos que incidam no preço do objeto e que não estão previstos neste MODELO.

Nome do Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF n.º: \_\_\_\_\_

**OBS: CASO EXISTAM OUTROS ITENS PARA COMPOSIÇÃO DO PREÇO, FAVOR INSERIR NA TABELA.**



ANEXO IV – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º \_\_\_\_/20\_\_

O Município de Estância, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 13.097.050/0001-80, com sede na Praça Barão do Rio Branco, n.º 76, Centro, na cidade de Estância/SE, através da Secretaria Municipal da ....., neste ato representada pelo Secretário ..... inscrito(a) no CPF sob o nº ..... portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
CONTATOS:					
Item	Especificação / Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

**3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**

**3.1.** O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal da .....

**3.2.** São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Fundo Municipal da Saúde

Secretaria Municipal da Educação

Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito

**4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador,



desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**4.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**4.4.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**4.5.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**4.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**4.6.1.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

## 5. DA VALIDADE DA ATA

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, prorrogável por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da data da sua assinatura.

**5.2.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.3.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.4.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

## 6. DA REVISÃO E CANCELAMENTO

### 6.1. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**6.1.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**a)** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**b)** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**c)** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação



sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **6.2. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.2.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**6.2.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.2.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**6.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**6.2.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **7. DAS PENALIDADES**

**7.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

**7.2.** É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

**7.3.** O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **8. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**8.1.** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

**8.2.** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Estância(SE), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.



XXXXXXXXXX  
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXX  
Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXX  
Órgão Participante

XXXXXXXXXX  
Órgão Participante

XXXXXXXXXX  
Órgão Participante

XXXXX  
EMPRESA





ANEXO V – MODELO DA ORDEM DE FORNECIMENTO N° XXX/2024

DADOS DO PROCESSO

Licitação: XXXXX \_\_\_\_/2024  
Ata de Registro: \_\_\_\_/2024  
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios  
Contratante: Prefeitura Municipal de Estância  
CNPJ: 13.097.050/0001-80  
Contatos: xxxxxxxx@estancia.se.gov.br / 79 3522-XXXX  
Responsável:

DADOS DA CONTRATADA

Empresa: XXXXXXXX  
CNPJ: XXXXXXXXXX  
Endereço: XXXXXXXXXXXXX  
Preposto: XXXXXXXX

Pelo presente instrumento fica a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, **AUTORIZADA** a fornecer os seguintes materiais em anexo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	LOTE	QTD.	UNID.	VLR. UNIT.	SUBTOTAL
Valor total da ordem						

7. Prazo de Entrega: até 24 (Vinte e quatro) horas, contados da data do recebimento da ordem de fornecimento.  
8. Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de XXXXXXXX  
9. Endereço de Entrega: XXXXXXXXXXXXX

Estância/SE, XX de XXXXXXXXXX de 2024.

SECRETARIA SOLICITANTE  
Nome do Representante Legal - Cargo  
Decreto

EMPRESA CONTRATADA  
Nome do Representante Legal – Cargo  
CPF e RG